

População em Situação de Rua e Questão Social no cenário brasileiro

Homeless people and social issue in brazilian scenery

Ricardo William Guimarães Machado¹

RESUMO: Este artigo é fruto de reflexões teóricas obtidas durante um longo período de estudos e pesquisas acerca da temática da população em situação de rua no Brasil. O objetivo principal se expõe na busca, sintética e mais abrangente, de caracterizar as nuances deste grupo populacional na sociedade brasileira. Partiu-se de uma abordagem mais teórica e reflexiva, acessando fontes bibliográficas de autores contemporâneos que buscam compreender tal tema. Além disso, a revisão literária procurou seguir uma linha de pensamento apoiada na teoria social crítica, ponderando as análises sob um viés crítico e analítico. Com principal pressuposto, entendemos que a população em situação de rua se apresenta na sociedade brasileira de forma complexa, amplamente afetada pelas expressões da questão social, decorrentes das transformações societárias presentes na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: População em Situação de Rua; Sociedade Brasileira; Questão Social.

ABSTRACT: This article is the result of theoretical reflections obtained during a long period of studies and research on the theme of homeless people in Brazil. The main objective is set out in the synthetic and broader search to characterize the nuances of this population group in Brazilian society. It started from a more theoretical and reflexive approach, accessing bibliographic sources of contemporary authors who seek to understand this theme. In addition, the literary review sought to follow a line of thought based on critical social theory, weighing the analysis under a critical and analytical bias. With the main assumption, we understand that the homeless population presents itself in Brazilian society in a complex way, largely affected by the expressions of the social issue, resulting from the societal transformations present in contemporary times.

KEYWORDS: Homeless People; Brazilian Society; Social Issue.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, voltamo-nos a construir um balanço sobre este segmento, considerando-se as particularidades desta população, os problemas sociais envolvidos e sua relação com as particularidades da sociedade brasileira. Além disso,

¹ Assistente Social. Professor do curso de Serviço Social da Faculdade Redentor (2019). Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio (2017). Especialista em Políticas Sociais pela UNIGRANRIO (2016). Graduado em Serviço Social pela UNIABEU (2012). <https://orcid.org/0000-0003-4061-9046>

vamos nos preocupar em abordar as manifestações contemporâneas da questão social e demonstrar como elas se interposicionam na dinâmica da PSR.

Pobreza, exclusão social, desigualdade, invisibilidade, violência, preconceito. Marcas que rodeiam uma grande parcela da sociedade e que existem por diversos fatores. Quando investigamos cientificamente as particularidades históricas e fundamentais da questão social, adentramos num contexto macroestrutural, onde não se pode considerar fatos isolados, mas entender o processo dinâmico e totalizante em que se inserem as relações sociais vigentes em nossa sociedade.

Muito se ouve sobre as variadas denominações acerca da PSR, por exemplo, mendigos, pedintes, migrantes, etc. Embora disponhamos de uma política nacional que a conceitue legalmente, ainda encontramos diversas figurações ultrajantes e injuriosas baseadas no senso comum, ou seja, sem o rigor científico necessário para uma compreensão e designação adequada de quem compõe esse grupo populacional.

A Política Nacional para População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto presidencial N.º 7.053/2009, dispõe de um conceito que compreende e engloba as pessoas que utilizam as ruas como meios/estratégias de (sobre) vivência, além de dar outras providências.

Compreendemos que há um grande contingente de pessoas que se concentram nos grandes centros urbanos, que se reduzem a situação de miséria por conta das complicações existentes no mundo do trabalho de hoje, acirrado pela intensa competitividade da produção capitalista. Há de se notar que essas pessoas se vinculam com a rua como espaço de convívio se adaptando ao molde urbano, integrando-se ao fenômeno urbano.

O contexto apresentado nos coloca a entender a dinâmica das parcelas amplamente desfavorecidas da sociedade que fazem uso dos logradouros, praças públicas e viadutos, um público desprovido, total ou parcialmente, de renda, moradia e laços familiares. Apresentamos a PSR, que enfrentam de forma mais assídua a desigualdade existente no Brasil e que atenuam a extrema pobreza. Silva (2009)

apresenta, em conformidade com a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR), a conceituação deste segmento:

“Grupo populacional heterógeno constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não-referência de moradia regular. (SILVA, 2009, p.135)”

Boa parte da sociedade ainda reproduz um comportamento retrógrado, conservador e antidemocrático, que ignoram a condição da pessoa humana estabelecendo um rebaixamento dessas pessoas a invisibilidade, à limpeza urbana, ao recolhimento, a criminalização e a desumanização. No campo da resistência, a sociedade intervém de duas formas junto as pessoas em situação de rua. De um lado, através da caridade e ações filantrópicas através de esmolas, voluntariado e a ajuda mútua. Em contraponto, ainda se experimenta a violência e o repúdio, tratando esses indivíduos como lixo humano.

Portanto, é preciso obter uma compreensão aprofundada e fundamentada sobre o fenômeno PSR. Assim, é necessário entender sua estrutura e apresentação nos dias atuais, suas particularidades e especificidades, que se materializam como expressões da questão social.

37

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E QUESTÃO SOCIAL: MANIFESTAÇÕES E INTERVENÇÕES.

A exclusão social é uma das expressões da questão social que substanciam o fenômeno da situação de rua. Para autores como Bursztyn (2003) e Escorel (1999), a exclusão é associada à conjuntura das desigualdades sociais, que sempre estiveram presentes na história da civilização humana.

O processo de exclusão social se dá quando os níveis de pobreza e a absoluta destituição dos meios de produção levam a população à uma relação de desnecessidade ao sistema produtivo. Assim, o indivíduo é eliminado de todos os setores da sociedade (saúde, educação, trabalho, etc.). Para Bursztyn (2003), este

fenômeno precede três etapas: a desqualificação, onde se instala os preconceitos à imagem de desnecessário, conturbando as formas de reinserção no sistema social; a desvinculação, a qual acontece à rejeição, impossibilitando os meios de reintegração à dinâmica societária; e a eliminação, que sujeita o indivíduo a perda de sua identidade de pessoa humana, aderindo a situação de rua, ou em casos extremos, confinando-se a processos de extermínio, genocídio ou deportação.

A exclusão social no Brasil remete as manifestações da pobreza e da desigualdade no Brasil durante a década de 1980, dadas as características da época frente as crises políticas e econômicas e a mudança do paradigma político com a redemocratização.

ingressamos na era da fossilização da estrutura social, com perda crescente do movimento ascensional de mobilidade social. Entramos no modelo econômico de aguda dependência global [...], internacionalização de nossas empresas [...], processo acelerado de inovação tecnológica e competitividade empresarial, criando o desemprego estrutural e tecnológico [...]. Aderimos a hegemonia neoliberal, encolhendo o Estado e as políticas sociais. O novo modelo de internacionalização da economia, associado à hegemonia neoliberal, produziu um aumento considerável das desigualdades sociais. (NASCIMENTO, 2003, p. 57).

38

No caso da população em situação de rua, a exclusão acontece com mais frequência através da desvinculação. Boa parte deste segmento se desprende das relações sociais, se isolando e tornando a rua seu refúgio. Prates, Prates e Machado (2011) revelam um sentimento de autoexclusão, vivenciado e criado pelas próprias pessoas em situação de rua. Nesse sentido, esses indivíduos internalizam o estigma do despertencimento, contribuindo para que os efeitos externos da desqualificação e da desvalorização impulsionados pela ordem societária fortaleçam o processo de isolamento social, tornando sua exclusão a mais absoluta possível.

As histórias de vida dessas pessoas retratam as respostas criadas para o autoenfrentamento da exclusão. As situações são absorvidas, naturalizadas e culpabilizadas por si mesmos. As expressões da questão social que são de ordem estrutural são desapropriadas de sua raiz, assim o desemprego é substituído pela preguiça e pelo fracasso; a doença mental e a dependência química são motivados pela baixa moral ou fraqueza de espírito; etc.

Estas problemáticas se misturam e se entrelaçam, ampliando as causas da situação de rua. Para Escorel (1999), a exclusão social se inicia no âmbito da família, pois sem proteção por parte desta primeira instância social, as chances de vulnerabilidade se alargam, causando a perda dos vínculos de solidariedade e pertencimento.

A estrutura familiar se apresenta assim como a grande retaguarda afetiva e material do trabalhador pobre nas suas relações com o mercado de trabalho, como recurso fundamental para sua sobrevivência cotidiana. A família (a “casa”) é um âmbito, um domínio, um espaço onde ancorar-se, um lugar que pode chamar de seu, frente ao mundo de trabalho (a “rua”) que lhe oferece uma experiência de insegurança na qual a ameaça da miséria está sempre presente. A “experiência da liminaridade”, o fantasma da miséria a que se refere Telles – representada por ficar desempregado, passar fome ou “ir morar debaixo da ponte” – está sempre presente no horizonte da maioria das famílias trabalhadoras: passar da pobreza, uma condição de vida em que os rendimentos (e o consumo) são baixos, para a situação de miséria em que não há quase nenhum rendimento e o suprimento das necessidades básicas está parcialmente ou completamente inviabilizado. (SCOREL, 1999, p. 109-110)

Por este motivo, entendemos que as famílias em suas diferentes organizações são de extrema importância para se prevenir as situações de riscos e vulnerabilidades, sem dispensar ou desconsiderar a ação essencial do Estado em afiançar direitos fundamentais e oferecer estratégias de prevenção e combate ao risco e a vulnerabilidade social.

Janczura (2012) afirma que risco e vulnerabilidade são conceitos diferentes, mas que se inter-relacionam entre si. Enquanto o risco está associado à grupos e populações fragilizadas por algum fenômeno específico, a vulnerabilidade está diretamente ligada a condição individual quando uma pessoa passa por algum agravo de natureza social, econômica, etc. Por isso, a situação de rua é um risco que engloba diversos cidadãos que por situações de vulnerabilidade ocasionada por falta de amparo estatal adentram a extrema pobreza e a carência de necessidades básicas.

No espaço das relações sociais que envolvem a família e seus membros, apontam-se diversos fatores que contribuem para a manifestação da situação de rua: a violência e a violação de direitos, o preconceito e a discriminação, problemas advindos de dependência química e alcoolismo, agravos em saúde mental, entre

outros. Entretanto, o que mais se destaca entre tais problemáticas que influenciam no desmantelamento dos vínculos familiares são provenientes de ordem econômica.

Como já mencionado, as questões se entrelaçam formando um amplo e complicado processo de desestabilização das relações sociais entre os indivíduos e seus núcleos familiares. As pessoas que habitam as ruas, quando indagadas sobre seu histórico familiar, comumente vão apontar o desemprego ou a insuficiência/ausência de renda como problema chave dos conflitos familiares que o levaram a tal situação. Tudo começa pela falta de condições materiais para manutenção da família, onde pode haver brigas, discussões e desentendimentos gerados pelo desespero de não encontrar soluções rápidas, o que se amplia com a falta de apoio do Estado em ofertar programas e serviços sociais que amparem e previnam a fragilização e a vulnerabilização das relações familiares.

Costa (2005) traz uma outra dimensão acerca da questão familiar: a migração de indivíduos e famílias para as grandes cidades em busca de melhores oportunidades. Muitos não conseguem uma forma de subsidiar a moradia, a alimentação e a sobrevivência em geral num grande centro urbano, onde os preços são mais altos e as chances de trabalho e aquisição de renda mais competitivos, sobrando-lhes o espaço da rua como alternativa.

Dessa forma, a desestabilização sociofamiliar acontece devido às inseguranças impostas pelo modelo econômico e das precárias formas de subsistência às parcelas pobres, direcionando-as aos processos de exclusão, vulnerabilidade e risco social. Na sociedade globalizada, designada como um modelo pautado no “*workfare*” – que para Laville (2000) e Gough (2000), trata-se de em um sistema de políticas que exigem que as pessoas trabalhem em troca dos auxílios da assistência social e outras formas de subsídios à pobreza -, as alternativas de trabalho se tornam o único caminho possível a este segmento que busca nas ruas as chances de se manter.

Segundo Domingues Junior (2003), uma das respostas para a oferta de trabalho encontradas pela população em situação de rua se dá através das cooperativas específicas para catadores de materiais recicláveis e dos centros comunitários. Tais espaços contribuem com a oferta de projetos, serviços e ações em

matéria de inclusão produtiva, qualificação profissional e viabilização de direitos tais como de documentação civil para auxiliar nos processos de resistência ao desemprego experimentados por estas pessoas.

O autor acredita que as cooperativas possibilitam a construção de uma certa autonomia e cidadania para estas pessoas, embora expresse questões complexas, ambiguidades e contradições.

Por autonomia entendemos a possibilidade de haver uma autogestão ou cogestão da cooperativa por parte da população de rua, que, novamente lembramos, dependia de instituições públicas ou privadas para sua sustentação. A preocupação com a autonomia se deve também ao fato de que algumas ONGs, ao atender a demanda de grupos específicos, assumem o comando para a obtenção dos objetivos do grupo, reproduzindo formas de dominação em relação a ele. [...] Assim, verificamos que o tipo de participação desenvolvida na cooperativa é aquela que estimula a construção da autonomia, ou seja, incentiva os catadores a resolverem seus próprios problemas, a tomarem as decisões referentes a cooperativa, tanto na gestão como na comercialização dos produtos e no seu cotidiano. (DOMINGUES JÚNIOR, 2003, p.113)

Para o autor, as cooperativas funcionam como um meio de obtenção de trabalho, mas vai além dessa esfera, desenvolvendo uma prática social que visa a reconstrução e o fortalecimento da autonomia de seus integrantes, no objetivo da reintegração social.

Entretanto, partimos de uma compreensão de que essa estratégia de autogestão da autonomia e de proteção social por conta dos próprios indivíduos pode se expressar como uma armadilha sob o contexto do neoliberalismo. Usando o pensamento de Pereira (2012), há ortodoxias ideológicas e moralistas da vertente neoliberal que afirma que os pobres devem buscar a autossatisfação de suas necessidades através da via mercantil ou da imposição de um sentimento de benevolência do Estado ou doação de bens públicos na concessão de serviços sociais públicos. Com isto, a política social se torna cada vez mais precarizada, permeado de ações focalizadas, restritivas, condicionalizadoras e punitivas, além de propiciar o desmonte dos direitos sociais adquiridos através da reivindicação histórica de um Estado social de direito, a favor da substituição deste modelo por um padrão de Estado de características meritocráticas, penal e laborista, aproximando-se da ideologia do *Workfare*.

Uma outra forma de sobrevivência e/ou alternativa de renda se gesta no trabalho com reciclagem. Como trata Bastos (2008), a “profissão catador” demonstra como uma atividade considerada menosprezada pela sociedade, fundada no lucro econômico, ainda representa uma chance para os excluídos do mercado de trabalho. A partir do lixo, os catadores, incluindo as pessoas em situação de rua que se apropriam desta atividade, contribuem para um meio ambiente mais sustentável ainda encontram saídas para suas condições econômicas.

Bursztyn (2003) denomina como os “inimpregáveis” àqueles que buscam a geração de renda a partir do mercado informal de trabalho. Por conta de um sistema econômico mais globalizado, desenvolvido tecnologicamente, e assim, mais flexibilizado e exigente, o mundo do trabalho abre as portas às possibilidades e meios de trabalho mais precarizados, sem segurança contratual e cada vez mais informalizado. Àqueles sem formação educacional e profissionalização necessária, que estão fora do mercado de trabalho e que integram o exército industrial de reserva, restam-lhe algumas formas de alcançar renda ou outro meio para sua subsistência, seja através da catação e reciclagem do lixo, seja por “biscates” ou outras formas de trabalho informal, ou até mesmo através de esmolas e ações caritárias, filantrópicas e de solidariedade.

Uma das expressões da questão social que merece destaque neste debate é a distribuição de gênero entre a população em situação de rua. Embora a quantidade de homens seja predominante, o contingente de mulheres vem aumentando e sua condição de vulnerabilidade nas ruas é maior por sua questão de gênero. Para Prates, Prates e Machado (2011), a mulher em situação de rua está mais propícia ao adoecimento mental, à violência física, sexual e psicológica, e, principalmente, no que tange as oportunidades de trabalho.

A questão racial e étnica também incide sobre o fenômeno da situação de rua, já que quase mais da metade desses indivíduos são negros, índios e até estrangeiros. O preconceito racial e étnico ainda é um problema alarmante em nossa sociedade e ela se amplia quando o alvo já é estigmatizado por sua condição de miséria, como a pessoa em situação de rua, por exemplo.

Outra expressão da questão social se dá na dimensão da diversidade sexual. Dessa forma, contextualizamos que a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) em situação de rua é um assunto complexo de se debater, pois envolve várias categorias de análise. Além da análise da vivência na rua, o sujeito sofre outras implicações por sua orientação sexual e identidade de gênero diferentes, ocasionando em múltiplas expressões vivenciadas pelos grupos LGBT.

Em seu conjunto, portanto, os processos que envolvem as (auto) representações das homossexualidades de rua mostram a necessidade de um diálogo com as especificidades destas, tomando o cuidado para não as tomar como um todo homogêneo e para não as interpretar a partir dos referenciais indenitários típicos dos segmentos de renda médios e altos. Pode-se afirmar que tais processos trazem questionamentos inclusive sobre o campo conceitual presente no campo de estudos de gênero e sexualidade, como no caso da diferenciação comumente feita entre “orientação sexual” e “identidade de gênero”, que se mostra inadequada para se interpretar as vivências das pessoas LGBT em situação de rua. (GARCIA, 2007, p. 32)

As pessoas em situação de rua que pertencem ao grupo LGBT sofrem com a discriminação e outras problemáticas, tais como a homofobia, o abandono familiar e o estigma causado pelo intenso preconceito no ambiente familiar, laboral, escolar etc. Sendo assim, as principais questões vivenciadas por pessoas de um grupo social específico, que devido às complicações estruturais expostas pela dinâmica social da conjuntura atual, passam pela situação de rua sendo forçadas a procurar assistência por parte das forças locais.

De acordo com Valencio et al (2008), o fenômeno da situação de rua ainda se esbarra com uma outra manifestação da questão social, particular ao espaço geográfico: a desterritorialização. Há duas tendências relacionadas a este processo, impregnadas pela sociedade, principalmente através das governanças públicas mais conservadoras e antidemocráticas. Uma se institucionaliza na naturalização da violência à população em situação de rua, transformando o sofrimento destes em riscos e inseguranças. A outra se revela nas práticas higienistas de remoção destas pessoas das vias urbanas, sem levar em conta os direitos humanos, tratando esta parcela sem a menor justificativa plausível, apenas por aversão ou defesa da ordem pública.

Posições de poder cristalizadas promovem, sobretudo por meio de instrumentos midiáticos, a eficácia na rotulação que inferioriza o grupo e o estigmatiza, logrando uma evitação da dialogicidade com os que estão em desvantagem. Sem propugnar por igualdade de oportunidades, nem resignar-se na convivência destoante, tais posições, caracterizadamente antidemocráticas, vão constituindo representações sociais nas quais a destituição material da população em situação de rua corresponde à ausência de valores morais do grupo. No imaginário social assim balizado, o risco de ressentimento dos fracassados incrementaria o seu potencial para delinquir, o que exigiria medidas preventivas e antecipatórias ao crime que o grupo estaria propenso a realizar. Medidas, tais como as que providenciam a radicalização de sua desterritorialização, seja na sua expulsão do município ou seu extermínio, passam a ser requeridas. A informalidade, precariedade e incertezas que marcam a inserção das pessoas em situação de rua no território público já não são suficientes para garantir aos estabelecidos, e sob seu ponto de vista, a tranquilidade necessária, mesmo com a posse dos meios materiais e aparatos de segurança para se defenderem contra uma ofensiva potencial dos miseráveis. (VALENCIO ET AL, 2008, p. 574-575)

Pode-se perceber, com a contribuição dos autores acima, que a população em situação de rua é destituída de sua cidadania, perdendo até o direito à cidade e de transição. É preciso considerar que mesmo por conta de sua condição de excluído, que reside nas ruas por alternativa, este grupo é um sujeito coletivo portador de direitos fundamentais à vida, o que inclui a segurança de travessia, que segundo Sposati (2004), trata-se de um conjunto de seguranças destinadas a capacitação dos cidadãos em tomar suas próprias decisões, fazer suas próprias escolhas e se tornar mais autônomo em sua vida em sociedade.

Além disso, as instâncias do poder público devem agir a favor do interesse coletivo e prezar os direitos e a democracia. Sendo assim, as ações coercitivas são desprezadas e repugnadas pelos setores da sociedade que lutam pela defesa dos direitos desta população, bem como pelos princípios de equidade e justiça social.

De acordo com Escorel (2003, p. 147), a população em situação de rua “expressa por si um estado permanente de desvinculação e um estatuto de excluído”, onde recebe influências do espaço urbano pelo qual habitam, auxiliando na composição do tecido urbano. Estas pessoas buscam a obtenção de rendimentos para satisfação de suas necessidades básicas, tais como abrigo, alimentação e higiene. Portanto, elas se apropriam do espaço público, privatizando-o como sua

morada, ainda que para as forças governamentais não seja aprovável, sua destituição de direitos não propicia outras saídas.

Costa (2005) ressalta que nossa cultura induz a segregação, a repressão e a desvalia dessas pessoas, servindo de pano de fundo para ações violentas, tais como “queima de pessoas que estão dormindo, extermínio, execução sumária. Sem falar da violência verbal e simbólica, que é produzida e reproduzida diariamente.” (COSTA, 2005, p. 6).

As políticas de segurança pública se voltam para uma direção de manutenção da ordem pública, ignorando o campo da proteção social e dos direitos humanos, intervindo nas ruas contra qualquer disparidade contra segmentos e indivíduos que se enquadrem num perfil de criminalidade, mendicância e miséria absoluta. Nesse sentido, tais ações funcionam apenas como atos de repressão e “tolerância zero”, higienizando as vias públicas dos principais centros urbanos, tentando mascarar as expressões da questão social presentes no cotidiano da cidade.

Contraposto à segregação, muitas pessoas em situação de rua se agregam em grupos, formando um laço de solidariedade mútua, prevenindo-se contra as ações repressivas e higienistas. Além disso, essa forma de resistência promove a socialização coletiva de experiências e alternativas que essas pessoas criam para continuar nas ruas, frente aos seus desafios vividos.

Portanto, sobreviver na rua é uma façanha individual e “mais uma vez” cotidiana, em que cada dia é mais um dia, em que a garantia da própria vida é lucro em relação ao que se pode esperar do cotidiano. Ainda assim, viver nesta condição é tido como alternativa real e possível na perspectiva de quem vive nas ruas. A violência é apenas mais um componente da luta pela sobrevivência. Para suprir as necessidades básicas, as pessoas que vivem nas ruas se utilizam de estratégias variadas, contam com a rede de serviços assistenciais e com a solidariedade da população. (COSTA, 2005, p. 11)

Ao se associar as necessidades sociais deste grupo com a proteção e atendimento estatal, logo se verifica o campo da assistência social. Embora, hoje, a assistência social tenha sido expandida e defendida como política pública, ela ainda carece de conhecimento por parte da população e dos próprios governantes, estes que ainda a impõe como uma ação de caridade pautada na crença e na ajuda, onde

são ofertados “serviços pobres para pobres”. Assim, a própria PSR busca a assistência social para a satisfação de suas necessidades mais básicas como alimentação e moradia, e em caráter emergencial, pois poucos aderem à um atendimento sistematizado pelos órgãos da assistência social. (COSTA, 2005).

Acreditamos que a proposta das ações e serviços por parte da assistência social oferecidas à essa população devem se centrar no atendimento de suas demandas, mas acima de tudo assegurar condições de reabilitação de sua dignidade e cidadania. Tal forma deve seguir os preceitos de proteção social com base na efetivação das seguranças socioassistenciais, através de um trabalho social voltado para a reconstrução de vínculos sociais e afetivos, desenvolvendo a autonomia do usuário.

Conviver é compartilhar em um espaço coletivo, identificar-se, trocar experiências e problemas comuns. Através dessa experiência, as pessoas compartilham a possibilidade de construir sua identidade, como reflexo de sua relação com os outros. Nesse sentido, como atualmente as estratégias de sobrevivência a que a maioria está condicionada passam por alternativas individualistas, o valor da convivência coletiva encontra-se em desuso no conjunto da sociedade. Vê-se que a miséria contribui para que os laços afetivos e culturais sejam rompidos, gerando abandono, fragmentação de relações e de identidades. A perda de laços afetivos e comunitários compromete a vida das pessoas, especialmente do ponto de vista da sua saúde mental. Tais fatores, portanto, acabam compondo o quadro geral de falta de pertencimento e desfiliação social. (COSTA, 2005, p. 13)

46

Para tanto, a assistência social deve superar os velhos contrastes que impedem seu estatuto de política pública: romper com o conservadorismo imbuído na política e nas crenças baseadas na ajuda emergencial. Além disso, defender-se das armas ideológicas do governo neoliberal que tencionam a política social a executar serviços focalizados e precarizados.

Jorge Munhoz (2009) acredita que uma estratégia essencial, não só para a assistência social, mas para toda a gama de políticas sociais voltadas para este segmento, se encontra na dimensão da inclusão social. Para o autor, esta dimensão:

É a efetiva participação política, efetiva participação no mundo do trabalho, no mundo das relações afetivas e da cultura e dignidade. Mas isso se dá de forma gradativa. Precisa-se de uma grande paciência e um respeito profundo pela caminhada de cada um. (MUNHOZ, 2009, p. 4)

Sendo assim, a inclusão social dessas pessoas deve se dar na participação social, na formulação das políticas públicas, onde se concretiza a parceria entre sociedade civil e governo. A importância dos movimentos sociais em defesa dos direitos dessas pessoas é meio de alcançar tal objetivo, seja na militância ou nas instâncias deliberativas, conselhos e conferências de políticas públicas.

Segundo o documento “Bases para uma Política Pública de Inclusão Social da População Adulta em Situação de Rua no Estado do Rio de Janeiro” elaborado pelo Fórum /RJ (2009), que cria propostas de inclusão social deste segmento no Estado do Rio de Janeiro, estipula a participação social como uma diretriz norteadora do processo de inclusão social. “Qualquer proposta de intervenção social junto a essa população, terá como pressuposto e meta permanente a efetiva interlocução e protagonismo desse segmento social” (FÓRUM/RJ, 2009, p. 5). Nesse sentido, a inclusão destes sujeitos no campo do controle social deve ser dado como prioridade em todas as esferas do governo, assegurando que a realidade vivenciada por estas pessoas seja compreendida e estudada para serem implementadas estratégias de intervenção nas diversas políticas públicas.

Um segundo ponto exponenciado por Munhoz (2009) e pelo documento acima referido trata da necessidade da intersetorialidade nas políticas públicas. Para o autor, esta necessidade se revela um desafio para o trabalho com esta população, pois não há articulação entre os setores, tornando-se impossível o contorno de todas as sequelas dos usuários numa única política social.

Nesses casos, para que serve a intersetorialidade, se o trabalho é setorizado e centralizado numa só política? - em geral, a assistência social que recebe todo o ônus. A intersetorialidade deve ser desenvolvida para um trabalho coletivo entre as demais políticas sociais, como salienta o autor, deve começar já na abordagem de rua, através de equipes multiprofissionais de políticas sociais integradas, direcionando as demandas para suas respectivas áreas.

Para além da intersetorialidade, as políticas públicas devem se ater ao trabalho em rede. A população em situação de rua tem um perfil heterogêneo e complexo “que, devido às suas necessidades, têm uma mobilidade e itinerância permanente, então dificilmente vão ficar em um só lugar.” (MUNHOZ, 2009, p. 6). Dada esta

particularidade, a rede de serviços voltados para esta população deve ser integrada no âmbito municipal e estadual, considerando ações de perfil territorial de forma articulada entre os setores governamentais das diversas políticas públicas.

Poderiam, desse modo, definir uma estratégia de atendimento que não se circunscrevesse a um só município, porque são problemas sociais que ultrapassam as fronteiras territoriais, e como salientou Lúcia Lopes, geográficas. Precisamos de políticas públicas que levem em conta e desemboquem na construção de estratégias de atendimento em rede, isto é, sociedade civil e governos atuando juntos por meio de um atendimento que leve em conta o perfil da população que vive nas ruas. (MUNHOZ, 2009, p. 6-7)

Por fim, a questão das políticas públicas para esse público nos volta para um último ponto importante: as metodologias de trabalho. De acordo com as bases estipuladas pelo Documento do Fórum/RJ (2009), as metodologias de inclusão social voltam-se para a dimensão socioeducativa, seguindo os seguintes preceitos:

I - como meta permanente a afirmação destas pessoas enquanto cidadãos (ãs) autônomos/as e comprometidos na construção de uma sociedade mais justa e solidária, efetivamente inclusiva; II - É preciso trabalhar com processos que respeitem o estilo e o ritmo de cada pessoa, assim como sua história; III - Também é preciso atentar para que nesses processos, tudo e todos - inclusive a própria instituição - sejam educativos; IV - Pensar em metodologias inclusivas equivale a criarmos respostas para aspectos das nossas vidas atingidas pela exclusão, a saber: o mundo sociofamiliar e afetivo, o mundo dos valores, do trabalho, dos direitos e cidadania e, finalmente, o mundo da dignidade do ser humano. (FÓRUM/RJ, 2009, p. 7)

48

O trabalho desenvolvido seguindo tais preceitos proporciona um atendimento mais humanizado e potencializado, favorecendo aos usuários a receber recursos para sua reintegração de sua autonomia na sociedade. Nesse viés, as pessoas são cativadas pelo profissional que intervém em sua realidade, depositando um sentimento de confiança no processo de inclusão social.

Munhoz (2009) aponta que a metodologia de inclusão social de pessoas em situação de rua remete a três pontos fundamentais: os valores, as relações e a dimensão política do trabalho.

Toda sociedade tem seus valores e valores são fundamentais, principalmente quando se toma como análise os valores criados pela população em situação de rua, o que o autor chama de “contravalor”. A sociedade contemporânea é excludente e

discriminatória, a mesma sociedade que exclui o indivíduo, é a mesma sociedade que não concede oportunidades. Sendo assim, na nossa compreensão, os contravalores criados por estas pessoas são derivados de sua realidade que é apartada da ordem comum prevalente.

No trabalho social, deve ser levado em consideração que os valores estipulados pelos profissionais possam conflitar com os valores das pessoas nas ruas, pois são realidades opostas. Assim, é preciso buscar o conhecimento da vida das pessoas, no que elas acreditam e quais os valores que elas tomaram como referência em suas jornadas. Após o contato com o mundo dessas pessoas, é preciso refletir e criar técnicas e dinâmicas de trabalho que possam oferecer oportunidades para esses indivíduos se reintegrarem ao mundo em que vivemos, diferente daquele exponenciado nas ruas.

Fiz um estudo anos atrás com grupos de população de rua em São Paulo, para o qual eles apontaram valores. O estudo consistiu num papo que tive, por várias noites, com grupos de moradores de rua. Perguntava: “o que vale a pena na rua? O que é legal mesmo?” Começaram, então, a responder: “uma coisa legal é a amizade. Esse cara aqui, o ‘Paraná’ - um cara que tinha nascido em Curitiba -, o que ele faz quando um diz que está doente! Corre para o orelhão, telefona, pede socorro para nós e nos acompanha. E é um colega, um morador de rua! Fica até que sejamos atendidos. A amizade é muito importante para nós”. Podia-se dizer, pelo exemplo que ele utilizou, que a solidariedade também. Um outro exemplo: a nossa atividade requer sempre veicular uma mensagem, mas a nossa metodologia não está solta. Nenhuma metodologia está. Qualquer metodologia se concretiza na ação. O princípio que existe por trás, a leitura que se faz do perfil da população, o que se quer concretizar, eis por que os valores são fundamentais. Quais são os deles? Quais são os nossos? (MUNHOZ, 2009, p. 8)

Ao lado da questão dos valores, seguem as relações. Todos nós nos relacionamos em uma sociedade. O que difere o grau desta dimensão é a posição de poder de cada um. Por exemplo, dentro de uma casa tradicional, o homem geralmente é o chefe de família que se relaciona de forma diferente aos demais membros da família. Num escritório de trabalho, temos os funcionários e o gerente, onde as relações são hierárquicas. Ao tratar da população em situação de rua, eles se tratam em igualdade, todos estão passando pela mesma realidade. Quando uma instituição chega para prestar atendimento à essas pessoas, se conforma uma relação desigual, pois os próprios moradores de rua se sentem inferiores. Para tanto, é necessário

estabelecer uma relação dialógica, equiparada com o usuário, embora saibamos que o profissional que representa a instituição de trabalho, recebe toda a carga de poder desta e isto é percebível pelo “excluído”, pelo “menosprezado”, pelo “sofredor”. (MUNHOZ, 2009).

Então, o segundo meio de executar o trabalho de inclusão social dessa população se dá a partir de uma relação de igualdade, onde o profissional se posiciona de forma acessível ao usuário, fazendo com que ele o perceba como um ser humano igual a ele, sem o peso da instituição. Além disso, com essa estratégia o profissional conquista a confiança do usuário fazendo-o perceber que ele está recebendo um direito, não uma ajuda concedida por piedade ou benevolência, aumentando as chances de estimular no usuário um sentimento de pertencimento e autonomia na sociedade. Tratando-o como uma pessoa que está passando por uma situação temporária e reparável, o usuário se livra dos estigmas e se predispõe mais facilmente a receber o atendimento de suas demandas. Mas, para isso, é necessário superar as relações de desigualdade contidas em muitos profissionais despreparados que atendem essas pessoas com humilhação e superioridade.

50

Devem ser, portanto, relações primordialmente de acolhida, capazes de fortalecer processos de construção de uma nova etapa de vida. Isso é fundamental, não só para a relação pessoal, mas também para a própria instituição em que se trabalha, visto que o nosso trabalho é educativo. Trabalhamos com valores, relações e perspectivas de vida. É um trabalho que deve permitir, digamos, criar condições para a pessoa dar mais um passo, não apenas como um objetivo meu, pessoalmente, mas da instituição. (MUNHOZ, 2009, p. 10-11)

O último fator da metodologia de inclusão social da população em situação de rua a se tratar é a dimensão política do trabalho social. O atendimento desta população não deve somente se preocupar em sanar suas carências e deficiências e cessar na reinserção na sociedade, no sistema produtivo e na reconstrução de sua autonomia. O que garante que o indivíduo tenha se estabilizado na sociedade e por algum motivo tenha decaído à situação de rua novamente? Quais as certezas de que as vidas destas pessoas foram mudadas e não voltarão a passar por necessidades novamente? Será que deveríamos tutelar a vida destes usuários para sempre, numa espécie de monitoramento contínuo? Seria esse nosso papel? Acreditamos, com base

no pensamento de Munhoz (2009), que a melhor solução se encontra na dimensão política do trabalho social.

Sendo assim, o papel da inclusão social deve ser educativo, mas acima de tudo, político ou até mesmo emancipatório. Não obstante à reinserção das pessoas em situação de rua e a satisfação de suas necessidades, é preciso despertar a percepção crítica nesses usuários para que eles possam participar da sociedade sem alienação à ordem vigente. Ao se desenvolver as habilidades do usuário, devemos torná-lo protagonista de sua história, conscientizá-lo de sua cidadania, como sujeito de direitos, e, principalmente, atomizar sua importância no sistema social, incentivando-o a participar da vida social e política, buscando a construção de uma sociedade melhor, mais justa e igualitária, e de novos valores e relações fundada em princípios como solidariedade, respeito, justiça, liberdade, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

51

A população em situação de rua se apresenta na sociedade contemporânea como um grupo inteiramente absorvido pelas mazelas e situações alarmantes, em que se insere a questão social, condicionadas ao espaço da rua como meio de sobrevivência, sem perspectiva de mudança. Uma verdadeira desestruturação da vida social.

No que se refere à população em situação de rua, as características identificadas compõem uma noção que a concebe como um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem utilizam os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, na busca de saída das ruas. (SILVA, 2009, p.262)

Pôde-se concluir que as razões pelas quais as pessoas chegam à situação de rua são provenientes por diversos fatores, mas todos sofrem influência da Questão Social na atualidade. O desemprego, a falta de formação escolar e profissional, os

conflitos familiares, a violação dos direitos, a ausência de moradia, etc. todos estes agravos contribuem para o risco social e podem ser considerados como expressões da Questão Social.

É preciso avaliar que a cena contemporânea é cercada de problemas de diversas ordens que conformam a questão social. Estas expressões afetam a população em todos os sentidos, nas dificuldades de acesso aos direitos sociais, ou na violação destes. A Questão Social aparece para o indivíduo em forma de pobreza, desigualdade social e exclusão social, debilitando suas estruturas, rompendo seus vínculos familiares e o debilitando de forma a levá-lo ao risco social, seja por dependência de drogas, situação de rua, ou até envolvimento com a criminalidade. As alternativas à uma solução concreta e significativa para o enfrentamento da Questão Social existente na população em situação de rua ainda é um desafio. Entretanto, o cerne desta problemática está na luta por políticas públicas eficazes, de olhar macroestrutural, preocupadas com a mudança da ordem societária atual.

Propõe-se como tarefa primordial o estímulo ao controle democrático de iniciativa popular junto aos movimentos sociais e a classe trabalhadora, pela defesa e permanência da democracia alcançada, que possibilita aos demais setores da sociedade a participarem das decisões públicas e lutar por direitos históricos e fundamentais à vida em sociedade. Assim, a construção de políticas públicas voltadas para a população em situação de rua poderá exercer um maior alcance e efeito em suas intervenções, trazendo melhores resultados e reduzindo os massivos agravos da Questão Social. Por ora, frente às imposições do capitalismo financeiro e do ideário neoliberal, as possíveis soluções existentes se resumem à materialização das políticas nacionais existentes que atendem uma certa proteção social à população em situação de rua - PNAS, SUS e a própria Política Nacional para População em Situação de Rua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, V.P. **Catador: Profissão**. Um estudo do processo de construção identitária do catador de lixo ao profissional catador. Jardim Gramacho, de 1995 aos dias atuais. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008

BURSZTYN, Marcel. No meio da rua – nômandes, excluídos e viradouros. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

COSTA, A. P. M. **População em situação de rua**: contextualização e caracterização. Revista Virtual Textos e contextos, n. 4, dez. 2005

DOMINGUES JÚNIOR., P. L. **Cooperativa e a construção da cidadania da população de rua**. São Paulo: Loyola, 2003.

SCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

GARCIA, M. R. V.. **“Dragões”**: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda. São Paulo, 2007, 148p. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.

GOUGH, I. **Do Welfare ao workfare** : integração social ou trabalho compulsivo? In: SEMINÁRIO EUROPEU: POLÍTICAS E INSTRUMENTOS DE COMBATE À POBREZA NA UNIÃO EUROPEIA: A GARANTIA DE UM RENDIMENTO MÍNIMO, 2000, Almancil/Portugal: União Europeia. Actas..., 2000

JANCZURA, R. **Risco ou Vulnerabilidade Social?**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012

LAVILLE, J-L. **Inserção e workfare na Europa: perspectivas histórica e ideológica**. Reflexões a partir do exemplo francês. In: SEMINÁRIO EUROPEU: POLÍTICAS E INSTRUMENTOS DE COMBATE À POBREZA NA UNIÃO EUROPEIA: A GARANTIA DE UM RENDIMENTO MÍNIMO, 2000, Almancil/Portugal: União Europeia. Actas..., 2000

MUÑOZ, J. **(Des)territorização, População de Rua e o Trabalho do Assistente Social**. In: Seminário Nacional: O Trabalho do Assistente Social no SUAS. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009.

NASCIMENTO, E. P. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. In: BURSZTYN, M. (Org.). No meio da rua - nômandes excluídos e viradores. 2. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003

PEREIRA, P. A. **Utopias desenvolvimentistas e Política Social no Brasil**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 112, p. 729-753, out/dez, 2012.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. **Populações em situação de rua:** os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011

SPOSATI, A. **Especificidade e intersectorialidade da Política de Assistência Social.** In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, n° 77, 2004.

VALENCIO, N. F. L. S. et al. **Pessoas em situação de rua no Brasil:** Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 556 a 605, dezembro de 2008.